



**IDENTIDADE CULTURAL E CIÊNCIAS SOCIAIS EM TEMPOS DE  
GLOBALIZAÇÃO E PÓS-MODERNIDADE**

**CULTURAL IDENTITY AND SOCIAL SCIENCES IN GLOBALIZATION  
AND POST-MODERNITY TIMES**

*Rubens Arantes Correa<sup>1</sup>*

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo principal levantar algumas proposições do campo das ciências sociais e dos estudos culturais acerca da questão da identidade cultural, especialmente no tocante ao contexto histórico contemporâneo marcado pela chamada crise de paradigmas da pós-modernidade ou da modernidade líquida. O texto encontra-se dividido em três partes: na primeira, uma abordagem envolvendo as contradições conceituais que envolvem a questão da identidade tendo por escopo as ideias de Manuel Castells; na segunda parte, pretende-se sistematizar a crise da pós-modernidade a partir dos apontamentos de Stuart Hall; na terceira parte, será tratada, em breve nota, a questão da identidade nacional em tempos de globalização levando em conta as concepções de Zigmunt Bauman. A questão da crise das identidades faz parte do debate contemporâneo especialmente a que tange duas modalidades particulares de identidade cultural – a étnica e a nacional – submetida ao deslocamento provocado pela era da globalização e da pós-modernidade.

---

<sup>1</sup> Instituto Federal de São Paulo - IFSP campus Birigui. Doutor em História pela UNESP campus de Franca, Mestre em Ciências Sociais pela UFSCar, Licenciado em História pela UNESP campus de Franca. Autor de O Pensamento Político de Raul Pompéia (2008), Raul Pompéia - Coleção Pensamento Americano (2010).

**Palavras-chaves: Identidade; Antropologia; Nação.**

**ABSTRACT:** The main objective of this work is to raise some propositions in the field of social sciences and cultural studies on the question of cultural identity, especially in relation to the contemporary historical context marked by the so-called paradigm crisis of postmodernity or liquid modernity. The text is divided into three parts: in the first, an approach involving the conceptual contradictions that involve the question of identity having as its scope the ideas of Manuel Castells; in the second part, we intend to systematize the crisis of postmodernity from the notes of Stuart Hall; in the third part, the question of national identity in a time of globalization will be dealt with in a brief note, taking into account Zigmunt Bauman's conceptions. The question of the identity crisis is part of the contemporary debate, especially in relation to two particular modes of cultural identity - ethnic and national - submitted to the dislocation provoked by the era of globalization and postmodernity.

**Keywords: Identity; Anthropology; Nation.**

## **1.INTRODUÇÃO**

Nas últimas décadas tem-se observado a emergência de ondas de movimentos sociais de conotações díspares abrangendo desde comunidades afrodescendentes e indígenas até manifestações regionalistas e nacionalistas, passando por postulações de respeito e garantias de igualdades por parte de grupos feministas, homossexuais e religiosos. Apesar de suas particularidades e demandas específicas, percebe-se que todos possuem algo em comum, que permeia não só as demandas por direitos sociais e políticos assim como os discursos de recortes mais ideológicos: a questão da identidade.

Os fenômenos da globalização e da pós-modernidade ancorados no aparato das novas tecnologias da comunicação e na sociedade do espetáculo, impactaram as relações sociais fazendo surgir novas formas de sociabilidades. Tal processo histórico não está imune a contradições, fato que fica evidenciado na guerra dos enunciados que, de um lado, apontam

para a realização do desejo de “um mundo sem fronteiras”, (o discurso das forças econômicas da globalização) e, em sentido contrário, as vozes dissonantes de grupos sociais que não só buscam reafirmar suas singularidades, particularidades e pertencimentos, como impõe agenda pública de demandas reivindicatórias.

Tal quadro histórico contemporâneo tem suscitado, do ponto de vista da teoria, proposições reflexivas e tentativas de análises no âmbito das ciências humanas e sociais, especialmente, por parte da Sociologia, Antropologia e dos Estudos Culturais. Enfim, o fundamento identitário como recurso discursivo dos movimentos sociais, culturais e políticos do mundo contemporâneo colocou em cena uma questão que já se pensava superada.

Volume expressivo de reflexões em forma de artigos e livros foi publicado nos últimos tempos relacionando a questão da identidade na contemporaneidade sob o impacto da globalização, da pós-modernidade, das novas tecnologias, da mídiatização, da sociedade do espetáculo, enfim, uma série de fenômenos materiais e culturais que afetaram sobremaneira as relações sociais, mobilizando as ciências sociais na tentativa de sua compreensão.

Dentre tais autores pode-se citar, dentre outros: Frederic Jameson (1985), que ao se referir aos dilemas da contemporaneidade indica os anos 1960 como marco temporal da transição para a pós-modernidade por meio de novas formas de reprodução da ordem capitalista como a informatização, a mídiatização da vida cotidiana; Anthony Giddens (1997), por seu turno, opõe-se ao termo “pós-modernidade”, preferindo dizer que o contemporâneo passa por uma “radicalização da modernidade” que provoca tensões nas relações sociais; David Harvey (1996) que analisa, por sua vez, a condição pós-moderna e todos os aspectos envolvidos nesse processo histórico, levando em conta o impacto cultural sobre a percepção dos indivíduos em suas experiências de tempo e espaço; Jean-François Lyotard (1986) compreende a contemporaneidade pelo viés da desconstrução das grandes narrativas provocadas pela emergência da cibernética e informática.

Tendo em vista o escopo deste trabalho, mas sem desconsiderar as análises dos autores relacionados acima, optou-se pela produção de teóricos que, notoriamente, trouxeram contribuição mais específica sobre a questão da identidade cultural na contemporaneidade,

especialmente, Stuart Hall (1998), Zygmunt Bauman (2005) e Manuel Castels (1999), dentre outros.

## 2. IDENTIDADE: MANUEL CASTELS E O PROBLEMA DOS CONCEITOS

Quando se busca tratar da questão da identidade, um dos problemas com o qual se depara, pelo menos do ponto de vista da teoria, é o de conceituar tal denominação. O que é identidade? Como se dá o processo de formação das identidades? Em que medida as identidades estão expostas aos efeitos do tempo e da dinâmica histórica? Tais indagações obviamente suscitam abordagens diversas e até mesmo contraditórias, como é próprio do espírito plural presente marcadamente no universo das ciências sociais.

Antes de tornar-se objeto de reflexão fundamentalmente sociológica e antropológica, a questão da identidade foi tratada pelo campo da filosofia, entendida como algo muito próximo ao permanente, imutável, “unidade de substância”, conforme formulado por Aristóteles. Para o autor da *Metafísica* a identidade é compreendida como uma qualidade do idêntico, um ente igual a si mesmo, algo permanente, estático e igual:

Com efeito, aquelas coisas cuja matéria é uma, ou em espécie ou em número, são chamadas de idênticas, e também aquelas cuja substância é uma. Por conseguinte, é evidente que a identidade é, de qualquer modo, uma unidade, seja porque esta se refira a uma única coisa considerada duas, por exemplo, quando se diz que a coisa é idêntica a si mesma, visto que se toma uma coisa como duas. (ARISTÓTELES, 1969, p. 275)

Da definição aristotélica pode-se concluir que a questão da identidade foi compreendida por longo tempo como algo com caráter intrínseco, próprio e único não pressupondo uma atribuição externa de sentido e valor.

Contudo, a partir do século XIX com a fragmentação das ciências em diferentes campos de conhecimento, a questão da identidade passa a ser trabalhada numa outra perspectiva teórica, especialmente, a desenvolvida pela ciência antropológica que procura emprestar ao conceito um caráter culturalista no sentido de que identidade é um processo de

construção sócio-histórica e, portanto, submetido a mudanças, contradições e dinâmicas. Neste sentido, difere da metafísica aristotélica onde a identidade é linear e essencialista.

No mundo moderno as identidades vão se configurar como construções intencionais intimamente relacionadas com os contextos históricos e sociais, com as estruturas de poder estabelecidas e com as esferas discursivas da realidade, (narrativas, ideologias). Portanto, passa a ser conjugada no plural como expressão coletiva seja em termos étnicos, comunitários, nacionais, de gênero, de classes sociais, não se tratando, pois, de algo dado, mas, ao contrário, artificialmente construído na interação com o outro.

Desta forma, o entendimento geral elaborado pela ciência antropológica é o de que a identidade, em todas as suas modalidades (pessoal, étnica, cultural, social, nacional, de gênero, de classe) é um processo de interação relacional, ou seja, mediado pela presença do “outro” (a alteridade), o que não exclui a possibilidade do conflito, da exclusão e da recusa. Identidade e diferença são, portanto, processos de um mesmo fenômeno, ou seja, no momento em que declara sua afirmação produz o seu contrário, a negação, aquilo que não deseja ser ou que não deseja para si.

Acerca dos processos de construção do conceito de identidade, Manuel Castels, sociólogo catalão, em sua obra *O Poder da Identidade* (1999, afirma que ela é “a fonte de significado e experiência de um povo” um mecanismo de distinção entre o “eu” e o “outro”:

[...] entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(s) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social. (CASTELS, 1999, p. 22)

No sentido atribuído por Castels (1999) os indivíduos em seu processo de construção como atores sociais vão internalizando modos de ser e pensar, construindo significados de autodefinição e individuação. Há todo um mecanismo simbólico presente nos processos de construção identitária ao qual, segundo Castels (1999), os indivíduos emprestam significados diferenciadores:

Defino *significado* como a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator. Proponho também a ideia de que, para a maioria dos atores sociais *na sociedade em rede*, [...], o significado organiza-se em torno de uma identidade primária (uma identidade que estrutura as demais) auto-sustentável ao longo do tempo e do espaço. (CASTELS, 1999, p. 23)

Na realidade, Castels (1999) vai além dos contornos conceituais do objeto e investiga as razões pelas quais os indivíduos constroem identidades procurando entender de quais elementos são extraídos os conteúdos simbólicos presentes neste processo e quem interessa tais construções, tendo em vista que, ao falar de identidades está se falando de relações de poder. E identifica na história, na geografia, nos fatores biológicos, nas instituições, nas memórias coletivas e nas estruturas de poder, a matéria-prima a partir das quais as identidades são construídas e reconstruídas intencionalmente:

[...] todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço. (CASTELS, 1999, p. 23)

Castels (1999), a partir da contextualização social e política no processo de construção da identidade, distingue uma tipologia com base em três formas e origens para fins de melhor compreensão dos fenômenos identitários: a “identidade legitimadora”, ou seja, aquela forjada por “instituições dominantes”, como o Estado, as Igrejas, sindicatos, partidos políticos, visando o controle dos “atores sociais” por meio da imposição de valores, crenças, ideologias, comportamentos legítimos, etc; a “identidade de resistência”, engendrada por atores sociais que ao se perceberem excluídos das ideologias identitárias institucionalmente dominantes constroem identidades comunitárias de resistência e oposição com base em convicções e comportamentos distintivos; e, por fim, o terceiro tipo, a “identidade de projeto”, na qual os sujeitos sociais não só reagem à identidade institucional dominante como projetam novos papéis sociais como é o caso do movimento feminista que ao recusar os valores histórico e socialmente prevalecente que colocam a mulher em condição de submissão ao patriarcalismo, constroem nova identidade feminina.

Pensando a identidade a partir de uma referência histórica precisa, qual seja, a constituição da modernidade, entendida como um momento histórico de ruptura com o pensamento teocêntrico através do racionalismo cartesiano e consolidada pelo ideal de Estado-nação, agente catalisador não só pela organização espacial do território como do vocabulário político e dos suportes discursivos culturais, tem-se, então, a emergência de novas formas de identidades. Em outras palavras: na modernidade, os indivíduos se definem, inicialmente, a partir de suas referências identitárias nacionais, condição que se sobrepôs às demais formas de identidade seja no campo individual/pessoal, seja no campo cultural/étnico.

Contudo, à medida que processo histórico de construção dos Estados-Nacionais se consolida e se modifica por força das transformações econômicas impulsionadas pelas revoluções industriais-tecnológicas e pelos modos de vida engendrados pelo capitalismo, as pretensas identidades centradas do sujeito – tais como a nacional, étnica, gênero, classe social, individual - vão sendo deslocadas obrigando-os a reconstruí-las e ressignificá-las.

Não se trata, contudo, de dizer que o indivíduo moderno, até a emergência da globalização neoliberal de fins do século XX, tenha se comportado absolutamente centrado estabilizado socialmente, pois, trata-se de um processo ambíguo e contraditório. Ocorre que, conforme Hall (1998) e Bauman (2005), a aceleração do tempo é determinante no desmoronamento de todos os elementos constitutivos da modernidade, sobretudo, a aceleração provocada pelo emprego das novas tecnologias que provocou o enfraquecimento do Estado-nacional (deixa de ser a referência histórico/simbólica de uma identidade maior do sujeito) e dos valores políticos até então tidos como amalgama que sustentava os indivíduos. Em decorrência de tais des(ordens) entra-se na crise de identidade da pós-modernidade.

### **3. STUART HALL E A CRISE DA IDENTIDADE NA PÓS-MODERNIDADE**

A perspectiva dos Estudos Culturais surgiu na Inglaterra, influenciada pelo contexto histórico britânico dos anos 1950/1960 sob o impacto de movimentos sociais de recortes diversos, tendo por precursores os trabalhos de Raymond Williams e E. P. Thompson, especialmente, em *Cultura e Sociedade* e *A Formação da Classe Operária Inglesa*,

respectivamente, ambos publicados originalmente entre fins dos 1950 e meados dos 1960. Os trabalhos produzidos pelos teóricos dos Estudos Culturais abrangem temas envolvendo relações entre cultura e sociedade impactadas pelas transformações sociais ocorridas pelo advento da industrialização no mundo contemporâneo, a partir de uma proposta metodológica interdisciplinar.

Dentre os teóricos dos Estudos Culturais, Stuart Hall é o autor que trouxe com sua produção intelectual, reflexões mais contundentes sobre a questão da identidade. S. Hall (1932-2014), sociólogo de origem caribenha com carreira acadêmica desenvolvida na Inglaterra, possui vasta produção bibliográfica tratando de temas variados como discurso da mídia, raça e etnocentrismo, identidade cultural. O eixo central de seu trabalho é o de que as identidades se encontram em crise no modelo de sociedade pós-moderna, ou seja, aquela sociedade que tomou forma a partir do final do século XX com a intensificação dos usos das chamadas novas tecnologias de comunicação.

Hall (1998) identifica três concepções de identidade historicamente elaboradas: a concepção iluminista, a concepção sociológica e a concepção da pós-modernidade ou da modernidade tardia. O pano de fundo nos três momentos é a discussão sobre o caráter essencialista ou culturalista das identidades.

O ponto de vista do Iluminismo toma o indivíduo como alguém “centrado e unificado” cujo “centro essencial do self era a identidade da pessoa”. Hall (1998, p. 10-11) ressalta no conceito iluminista um viés extremamente “individualista do sujeito e da identidade”:

O sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou “idêntico” a ele – ao longo da existência do indivíduo. (HALL, 1998, p.10-11)

Na concepção sociológica foi elaborado um conceito de sujeito que levava em conta as relações do indivíduo com a sociedade, relação esta medida pela cultura. Ao contrário da ideia iluminista (o sujeito como centro do self), a sociologia propõe que o self é formado e

modificado pela interação deste com os “mundos culturais externos”. Desta forma, a noção sociológica de identidade estabiliza e unifica os sujeitos.

A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. (HALL, 1998, p.11-12)

Já na concepção pós-moderna, o sujeito sociológico que anteriormente fora descrito como um sujeito unificado e estabilizado, não existe mais. Em seu lugar o sujeito fragmentado da alta-modernidade. No mundo da pós-modernidade o sujeito:

Assume identidades diversas em momentos diversos, identidades que não estão unificadas em torno de um ‘self’ coerente. Dentro de nós coexistem identidades contraditórias, pressionando em direções diversas, de modo que nossas identificações estão sendo continuamente modificadas. (HALL, 1998, p. 13)

Na perspectiva da pós-modernidade, as constantes variações estruturais das sociedades modernas levam a uma mudança nas identidades que são, no final do século XX, muito mais fragmentadas, deslocadas e descentradas. O surgimento, nas últimas décadas, de movimento e atitudes políticas centradas em reivindicações específicas, como o movimento feminista, a luta dos negros, o movimento ecológico, entre outros, teve consequência para o entendimento dessa fratura de uma identidade única.

#### **4.ZYGMUNT BAUMAN E A IDENTIDADE NA MODERNIDADE LÍQUIDA**

Ao tratar da questão contemporânea do “deslocamento” e seus efeitos sobre a identidade, Zygmunt Bauman (2005, p. 15) em *Identidade* toma sua própria experiência individual como “intelectual deslocado” ou como ele mesmo confessa “um estrangeiro”, “um recém-chegado”, “um refugiado”, “um estranho”, como exemplo daquilo que considera elemento fundamental do atual estágio vivido pela modernidade, arriscando um conceito de “deslocamento”:

[...] Estar total ou parcialmente “deslocado” em toda parte, não estar totalmente em lugar algum (ou seja, sem restrições e embargos, sem que alguns aspectos da pessoa “se sobressaíam” e seja vistos por outras como estranho), pode ser uma experiência desconfortável, por vezes perturbadora (BAUMAN, 2005, p.18-19)

Bauman nega qualquer tipo de essencialismo identitário e, portanto, a existência de uma identidade *em-si*, pois, tudo encontra-se em movimento, em permanente fluidez, para um lugar indeterminado e desconhecido. Se não há falar em identidade em estado de essência, cabe, então, questionar as razões pelas quais tanto se afirmar estarem, as identidades no estágio da pós-modernidade, em crise.

Para Bauman (2015, p.54) a identidade assemelha-se em parte a um quebra-cabeça cujas peças, contudo, estão incompletas, um jogo, portanto, “ao qual faltam muitas peças (e jamais se saberá quantas)”. Ao contrário do quebra-cabeça que apresenta uma imagem-fim bastando unir as peças para atingi-la, na questão da identidade o sujeito precisa unir peças de imagens diversas e conflitantes, cujo resultado nem sempre será unificado e coeso.

A globalização acelerou os processos de deslocamento identitário ao expor o sujeito à cultura da publicidade que valoriza o indivíduo pelos bens que consome (independentemente da origem cultural e nacional desses bens) e ao enfraquecer os laços aglutinadores das vizinhanças impactados pelos novos meios de transportes e comunicações. Nesse sentido, a questão da identidade emergiu como problema no pós-guerra na medida em que o fenômeno da globalização atingiu, também, os laços de solidez que vinculava o indivíduo ao Estado tal como se constituiu na modernidade, a identidade nacional.

A identidade nacional, de acordo com Bauman (2005), se constituiu na principal modalidade identitária do sujeito na modernidade colocando-se acima de outras formas de identidade como a de classe e de gênero. Com a emergência do fenômeno da globalização rompeu com os laços de lealdade entre o indivíduo e o Estado.

Outro aspecto levantado por Bauman (2005) para a compreensão da identidade na modernidade líquida diz respeito ao impacto das novas tecnologias, como a internet, que ao mesmo tempo contribui para a perda das “âncoras sociais” gera uma busca frenética pelo estabelecimento de vínculos virtuais, instantâneos e não-reais contribuindo para o surgimento

do que chama de herói da pós-modernidade, ou seja, o indivíduo flutuante, volátil, que em oposição ao “estar fixo” prefere a angústia do “aqui e agora”, a fugacidade do momento, em permanente auto-criação.

A volatilidade das relações na modernidade líquida abarca todos os vínculos, incluso o amoroso e o espiritual, submetidas à própria lógica da fluidez das sensações emotivas, com pouco ou quase nenhuma profundidade e segurança cambiados pela superficialidade e inconsistência:

Esse modo reduzido de relacionar-se, “mens importuno”, se ajusta a todo o resto – ao líquido mundo moderno das identidades fluidas, o mundo em que o aspecto mais importante é acabar depressa, seguir em frente e começar de novo, o mundo de mercadorias gerando e alardeando sempre novos desejos tentadores a fim de sufocar e esquecer os desejos de outrora. (BAUMAN, 2005, p.76-77)

Por fim e recusando o paradigma marxista que segundo Bauman (2005) não dá conta das vicissitudes organizacionais do capitalismo global que fragmentaram as possibilidades de solidariedade de classe entre os trabalhadores, aponta para o mundo da exclusão daqueles que se recusam a acompanhar o modo de vida globalizante da modernidade líquida e que arbitrariamente passam a compor a subclasse de indivíduos constituída por mendigos, sem-teto, viciados, analfabetos, moradores de rua, imigrantes, entre outros.

## **5. AINDA HÁ LUGAR PARA O ÉTNICO E O NACIONAL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO?**

Se a contemporaneidade é caracterizada pelo “deslocamento” das identidades de uma forma nunca antes experimentada pelos sujeitos, como pensar a questão do étnico e do nacional, duas modalidades que emprestaram forte referência existencial aos indivíduos a partir da cultura do grupo e do Estado Nacional Moderno?

Para Hall (1998, p.77-89) a despeito da “homogeneização global” produzida pelos tempos pós-modernos não dá para dizer categoricamente que as identidades étnicas locais ou nacionais vão desaparecer por conta desse movimento. Aposta que a globalização colocou em marcha um processo contraditório e simultâneo de, ao mesmo tempo, impor seus valores

simbólicos e econômicos hegemônicos produzidos pelo ocidente, tende também, ressaltar a “diferença”, ainda que tais processos de reconhecimento do “outro” e do “local” sejam mediados pelos padrões mercadológicos. Não se trata, segundo Hall (1998), de uma afirmação das antigas identidades arraigadas, mas, de uma “nova identidade local”.

Da mesma forma se percebe outro fator diretamente relacionado aos efeitos do capitalismo global: a distribuição desigual de bens, econômicos e culturais que parte de um centro geográfico de poder, do ocidente em direção ao “local”, ao “regional”, que tanto pode estar dentro do mesmo espaço ou externo a ele. Nesse caso, Hall (1998) sem deixar de reconhecer a força emanada pelo centro ocidental, afirma que as culturas locais sempre estiveram abertas a influências externas e que o próprio ocidente produziu uma ideia fantasiosa de “pureza étnica” das culturas locais:

Uma “fantasia colonial” *sobre* a periferia, mantida *pelo* Ocidente, que tende a gostar de seus nativos apenas como “puros” e de seus lugares exóticos apenas como “intocados”. Entretanto, as evidências sugerem que a globalização está tendo efeitos em toda parte, incluindo o Ocidente, e a “periferia” também está vivendo seu efeito pluralizador, embora num ritmo lento e desigual. (HALL, 1998, p.80)

Outro efeito dos fenômenos culturais e econômicos da contemporaneidade que afetam a questão da identidade é o da migração. De acordo com Hall (1998) a globalização capitalista intensificou o processo de deslocamento de pessoas oriundas do local para o centro numa escala nunca antes observada na história humana. Fatores locais como guerras civis, crises naturais afetando a produção agrícola, conflitos políticos, perseguições religiosas, etc, aliam-se às mensagens estilizadas pelo aparato midiático das novas tecnologias propagandeadas, tais como consumismo, estilos de vida, mercadorias, imagens, pelo centro e que chegam ao “local” servindo de fator motivador para a busca de melhores oportunidades de vida dos moradores.

Nesse sentido, assiste-se desde os anos 1990, uma verdadeira “invasão” de migrantes das mais diversas etnias e origens geográficas em países europeus, impactando diretamente a questão das identidades tanto no nível do conflito, em face da forte reação das populações europeias na defesa de sua cultura e valores, como também, no nível das possibilidades de

produção de “novas identidades” a partir das minorias étnicas minoritárias que de alguma forma forjam espaços de trocas simbólicas e culturais.

Da mesma forma que a étnica, a identidade nacional é um tipo particular de identidade cultural e que se constituiu em uma das principais fontes de referências da modernidade, senão a principal. Gellner (1983) afirma que o indivíduo moderno sem uma nação, “experimentaria um profundo sentimento de perda subjetiva”, caso não possuísse uma cultura nacional com a qual se identificasse:

A ideia de um homem sem uma nação parece impor uma grande tensão à imaginação moderna. Um homem deve ter uma nacionalidade, assim como deve ter um nariz e duas orelhas. Tudo isso parece óbvio, embora, sinto, não seja verdade. Mas que isso viesse a parecer tão obviamente verdadeiro é, de fato, um aspecto, talvez o mais central, do problema do nacionalismo. Ter uma nação não é um atributo inerente da humanidade, mas aparece, agora, como tal. (GELLNER, 1983, p.6 *apud* HALL, 1988, p.48)

Contudo, a despeito desse sentimento “quase natural” de pertencimento à cultura nacional tão presente nos discursos do senso comum e propositadamente manipulado por agentes públicos em nome das mais diferentes ideologias, Hall (1998) considera que as identidades nacionais não são algo dado pela natureza, mas, sim, constituídas e transformadas histórica e socialmente. E acrescenta:

Uma nação não é somente uma entidade política, mas algo que produz significados – um sistema de representação cultural. As pessoas não são apenas cidadãos legais de uma nação; elas participam da ideia da nação como a representada em sua cultura nacional. Uma nação é uma comunidade simbólica. (HALL, 1995, p. 38)

Diante disso, pode-se afirmar que o sentimento que leva o sujeito a identificar-se com a nação ou com a cultura nacional é tipicamente de uma sociedade moderna, ou seja, aquela na qual o Estado Nacional se coloca como a referência política, geográfica e cultural de unificação do corpo da nação. O sentimento de pertencimento à nação, pois resulta da produção e manipulação intencional de representações, símbolos e discursos sobre a cultura nacional visando a “unidade” de indivíduos que, na realidade, são culturalmente distintos. São essas representações que definem as peculiaridades de uma cultura nacional.

Bauman (2005) refletindo sobre a ideia de identidade nacional aponta para o papel fundamental exercido pelo nascente Estado moderno no processo histórico de legitimação, exigindo, não sem abrir mão do uso da força e da violência, da parte dos indivíduos subordinação incondicional e fidelidade absoluta às narrativas da nação, criadas e recriadas permanentemente por meio de leituras de fatos históricos, batalhas memoráveis, literatura e língua originais e puras, etc:

O Estado buscava a obediência de seus indivíduos representando-se como a concretização do futuro da nação e a garantia de sua continuidade. Por outro lado, uma nação sem Estado estaria destinada a ser insegura sobre seu passado, incerta sobre seu presente e duvidosa de seu futuro, e assim fadada a uma existência precária. Não fosse o poder do Estado de definir, classificar, segregar, separar e selecionar, o agregado de tradições, dialetos, leis consuetudinárias e modos de vida locais, dificilmente seria remodelado em algo como os requisitos de unidade e coesão da comunidade nacional. (BAUMAN, 2005, p.27)

Nesse sentido, Hall (1998, p. 52-56) identifica cinco aspectos ou maneiras pelas quais a identidade nacional enquanto comunidade imaginada – denominação, também, muito empregada por Anderson (1989, p.14) quando afirma que uma nação não passa de uma “comunidade política imaginada” - pode ser manifestada: primeiramente, por intermédio das “narrativas de nação”, que são as histórias, literaturas e feitos nacionais do passado, os quais são transmitidos para as gerações posteriores; em segundo lugar, através daquilo que é o ponto mais importante e que apesar das descontinuidades da história, permanece imutável, que é o caráter nacional; em terceiro lugar mediante as tradições, cuja “natureza simbólica” ou ritual, que procuram inculcar certos valores e normas de comportamento a partir da repetição que automaticamente implica na continuidade de um passado histórico adequado; em quarto lugar por meio do “mito fundante” que busca explicar a origem da nação num passado distante; e, por fim, por meio da expressão singular da identidade nacional, que remete à noção de um povo puro e original.

A questão que se coloca é: se a identidade nacional está intrinsecamente relacionada com o nascimento e desenvolvimento do Estado moderno, o que dizer de sua existência na contemporaneidade marcada pela fragmentação discursiva que colocou em xeque as grandes

narrativas da nação, pela globalização e seus apelos por um “mundo sem fronteiras” e pelo pós-moderno e seu convite aos indivíduos para que se “voltem para si mesmos” na busca do prazer, da felicidade e de vantagens infinitas?

Para Bauman (2015) uma combinação de elementos de naturezas diversas e amplas implodiram as relações do Estado com os indivíduos, sobretudo, a partir dos anos 1960. O rápido desenvolvimento tecnológico, a expansão do aparato midiático em escala mundial, as inúmeras possibilidades oferecidas pelo virtual, o fluxo planetário de recursos financeiros, enfim, a soma de tudo que passou a ser designado de globalização, retirou o poder do Estado como fonte de poder e mediação das chamadas identidades nacionais. A privatização da esfera pública jogou por terra o sentimento de proteção que movia as identidades nacionais:

Tendo transferido a maior parte de suas tarefas intensivas em mão-de-obra e capital aos mercados globais, os Estados têm muito menos necessidade de suprimentos de fervor patriótico. Até mesmo o patriotismo, o ativo mais zelosamente preservado pelos Estados-nações modernos, foi transferido às forças do mercado e por elas remodelado para aumentar os lucros dos promotores do esporte, do *show business*, de festividades comemorativas e da indústria da *memorabilia*. (BAUMAN, 2005, p. 34)

Os indivíduos, na contemporaneidade, foram impelidos a flexibilizar suas identidades, incluso aquela que mantinham em grau de fidelidade e obediência para com o Estado nacional, pois este, cada vez mais fustigado pelas forças do mercado ávidas por facilidades financeiras e econômicas, não foi capaz de continuar a oferecer proteção e direitos aos membros da comunidade. Proteção e direitos funcionaram como espécie de moeda de troca entre Estado e comunidade nacional. Na medida em que tal relação de troca se rompe, ou seja, o Estado é desmantelado e privatizado de suas funções públicas, os indivíduos buscam, por conta própria, reconstruir seus intercâmbios em todas as esferas, seja na privada, seja na pública.

## 6. REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. Nação e Consciência Nacional. São Paulo: Ática, 1989.

Revista Contemporânea: Revista Unitoledo: Arquitetura, Comunicação, Design e Educação, v. 03, n. 01, p. 89-104, jan/jun. 2018.

ARISTÓTELES. Metafísica. Porto Alegre: Globo, 1969.

BAUMAN, Zygmunt. Identidade. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2005.

CASTELS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999, volume II.

GIDDENS, Anthony 1997 — "A vida em uma sociedade pós-tradicional", in Anthony Giddens, Ulrich Beck e Scott Lash, ed. Modernização reflexiva. São Paulo, Editora Unesp, 1997.

HALL, Stuart. A questão da identidade cultural na pós-modernidade. 2ª;ed., Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural . 6 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

LYOTARD, Jean-François. O Pós-Moderno. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.